



PARECER PRÉVIO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11232/2014

Apenso: Processo nº 10417/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Juruá.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Tabira Dias Ramos Ferreira, Prefeito à época.

6- Advogados: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM N.º 6.975

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5658/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2349/2361).

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando a aprovação da Prestação de Contas da Prefeitura de Juruá, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei Estadual n. 2.423/96.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva,



PARECER PRÉVIO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11232/2014

Apenso: Processo nº 10417/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Juruá.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Tabira Dias Ramos Ferreira, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas à época.

6- Advogados: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM N.º 6.975

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5658/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls.2349/2361).

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício 2013.

Regularidade com Ressalvas. Recomendações. Determinações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor Relator que acolheu o Voto-Vista do Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Regular com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Juruá, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação ao Responsável e condicionando-o ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2 – Recomendar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, zelo pelo adequado preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução nº 13/2015-TCE/AM, alimentando-o com todas as informações determinadas, bem como envio de forma tempestiva dos relatórios resumidos da execução orçamentária e dos relatórios de gestão fiscal, bem como publicá-los dentro do prazo legal da Resolução nº 24/2013- TCE/AM, c/c alínea “g” do inciso II do art.32 da Lei estadual nº 2.423/96-TCE/AM);

10.3 – Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:



ACÓRDÃO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- a) observe que constitui ônus do gestor a produção das evidências necessárias para comprovar o adequado uso de recursos públicos, não cabendo ao TCE, a pedido do responsável, realizar diligências para obtenção de provas adicionais as que se encontram no processo. (Acórdão 6214/2016-Segunda Câmara);
- b) é obrigatória a comprovação, em licitações na modalidade convite, da regularidade das licitantes perante a seguridade social e o FGTS, uma vez que o comando contido no art. 195, §3º, da Constituição Federal se sobrepõe ao disposto no art. 32, §1º, da Lei federal nº 8.666/1993 (Acórdão 98/2013-Plenário);
- c) na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, devendo, contudo, estar inserido no processo relativo ao certame. Todavia, sempre que o preço de referência for utilizado como critério de aceitabilidade da proposta, a sua divulgação no edital é obrigatória, nos termos do art. 40, inciso X, da Lei federal nº 8.666/1993 (Acórdão 2166/2014-Plenário);
- d) nas contratações de serviços advocatícios, por inexigibilidade de licitação, deve ser demonstrada a inviabilidade de competição, comprovando-se a singularidade do serviço técnico profissional especializado por suas características incomuns ou pelo seu ineditismo que deve ser prestado por profissional com competências ímpares e inigualáveis (Acórdão 3413/2013-Plenário);
- e) mantenha o portal da transparência atualizado (art.48 da LRF);
- f) inscreva os montantes devidos em dívida ativa e realize levantamento e/ou cálculos daqueles dispêndios que evidenciem que a cobrança são maiores que os valores inscritos, nos termos do inciso II do §3º do art. 14 da LRF;
- g) passe a incorporar na contabilidade o registro dos atos potenciais ativos e passivos na estrutura do Balanço Patrimonial – 2014, conforme exige o tópico 4.1 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, cumprindo os requisitos da Integridade dos registros contábeis (os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador) e da Visibilidade (os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial da entidade do setor público) previstos, respectivamente, no tópico 4, itens “f” e “m”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;
- h) adote Notas Explicativas na divulgação de seus balanços públicos, pois são fundamentais para complementar as informações descritas nos demonstrativos contábeis, além de permitir a comparação dos dados entre entidades públicas, tais como questões relacionadas à reavaliação de ativos e ao cálculo de quotas de



ACÓRDÃO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

depreciação/amortização de bens tangíveis e intangíveis (tópico 8 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

- i) cumpra os quesitos da comparabilidade, compreensibilidade e confiabilidade da informação contábil no setor público previstas no tópico 4 da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;
- j) mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva, incluindo todas os dados contábeis daqueles que estão sob o Poder Executivo, a fim de atender ao princípio da oportunidade;
- k) mantenha todos os documentos na sede da Prefeitura, nos termos do Ofício Circular nº 2/96 e a Decisão nº 163/2007, sob pena de ter todas as despesas glosadas;
- l) respeite o princípio da segregação de funções, a fim de realizar controle administrativo conferindo mais eficiência, racionalidade, imparcialidade, transparência e eficácia sobre os processos de execução das despesas públicas, banindo a fragilidade administrativa, politicagens, ingerências indevidas, leniência nos controles, favorecimentos e todo tipo de disfunções;
- m) obedeça à regra da apresentação da prestação de contas com o relatório e certificado de auditoria, nos termos do inciso XLVIII do art. 1º, sob pena de responsabilização solidária;
- n) atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei estadual nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- o) realize o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias e cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666/1993;
- p) implemente os procedimentos administrativos de controle dos pagamentos de despesas por via bancária, em cumprimento às determinações do art. 43, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF, c/c § 1º e 2º, do art. 156, da CE/89 e artigos 137 e 138 da Lei Orgânica do Município;
- q) observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM

10.4 – Informar à próxima Comissão de Inspeção a necessidade de verificar na próxima inspeção in loco se o escritório jurídico Vieira da Rocha Benevides e Frota Advogados, além de prestar assessoria jurídica à Prefeitura, conforme ocorreu em 2013, também prestou serviços de forma pessoal ao Prefeito, de acordo como se configurou



ACÓRDÃO Nº 13/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

nos exercícios 2014, 2015 e 2016, a fim de investigar se o escritório jurídico recebeu recursos públicos, quando a defesa pessoal tem de ser paga pelo próprio prefeito, na condição de pessoa física, apurando, conforme o caso, a prática de dano ao erário.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado)

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral